



www.mjd.org.pt

INVENTÁRIO NOTARIAL

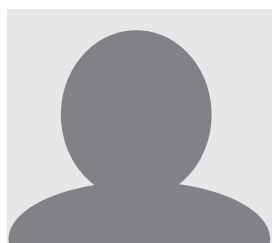
Concretizou-se uma reforma há muito anunciada, transferindo para os cartórios notariais a competência para o desenvolvimento global do processo e a responsabilidade pela sua nova forma de tramitação. Algumas reflexões. **Pág 6**

Nº ?? março 2015



EM NOME DOS JUIZES Renovar aproximar e conseguir

Entrevista ao Candidato a Presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses **Luís Miguel Martins**, Juiz de Direito. **Pág. 12**



Artur Oliveira

O Direito Fundamental à Liberdade de Expressão

"Abraçamos a licenciatura como quem abraça uma jura e quer fazê-la realidade" **Pág03**

As interrogações à Justiça e o discurso deslegitimador

Decorreram dez anos desde a primeira vez que, em Portugal, se opinou sobre uma "República de Juizes" **Pág08**

editorial

Bem vindos
ao Movimento Justiça
e Democracia

Artur oliveira Juiz desembargador

O Movimento Justiça e Democracia, é uma associação cívica de juizes, formalmente constituída como uma cooperativa em 2001, mas cuja actividade se iniciou no ano de 1997.

O Movimento Justiça e Democracia nasceu sob a égide de uma carta de princípios subscrita por 225 juizes portugueses no ano de 1999 e na qual se comprometeram entre outras coisas a congregar em torno de si um movimento tendente a reconstruir e a fomentar a cultura judiciária.

O Movimento Justiça e Democracia veio mais tarde, em 2008, a alterar a sua forma jurídica, sendo hoje uma associação sem fins lucrativos que se assume como uma plataforma de discussão sobre a organização judiciária e os tribunais e constitui

um centro de debate relativamente ao papel dos Juizes e dos Tribunais na sociedade, visando valorizar a ética e a deontologia profissional dos Juizes portugueses e promover a ideia de acesso ao direito e a uma tutela jurisdicional efectiva como o objectivo de assim contribuir para o reforço dos direitos dos cidadãos em nome de quem os magistrados judiciais exercem funções de soberania.

O lema do Movimento de Justiça e Democracia é hoje “Repensar o futuro”, desenvolvendo a sua actividade de forma dinâmica e empenhada em conformidade com os princípios que sempre têm norteado os juizes que fundaram e contribuíram para a afirmação desta associação no seio da judicatura portuguesa.



FICHA TÉCNICA

Director:
Artur Oliveira
Subdirectores
Francisco Ferreira da Silva
João Correia
Ema Vasconcelos

Colaboram
neste número:
Beatriz Correia Agostinho
Torres Francisco Barbedo
Isabel Pereira
Sara Marques

Impressão: Relgráfica, Bened-
ita
Tiragem 2100 exemplares
Concepção Gráfica: Rui
Mourato Miranda Caldas da
Rainha
Propriedade MJD - Movi-
mento Justiça & Democracia,
Associação Cívica de Juizes
Portugueses.

Sede em Travessa das Águas
Boas, no43, Lisboa
Depósito Legal: 171365/0
E-mail: mjd.juizes@gmail.
com Site: www.mjd.org.pt



artigo

O Direito Fundamental
à Liberdade
de Expressão

Artur oliveira Juiz desembargador

Direitos Fundamentais e Poder
Judicial
O Direito Fundamental à Liberdade
de Expressão
Abraçamos a licenciatura como
quem abraça uma jura e quer fazê-la
realidade. Defender os mais fracos,
respeitar a Constituição, fazer cumprir
o Direito e, necessariamente fazer
observar os Direitos Fundamentais.

Talhados que estamos por crença, convicção, perfil ou forma de ser, para sermos, ainda que no imaginário, os paladinos da defesa dos Direitos Fundamentais pergunta-se: gozam juizes e juizas, dos mesmos e, nomeadamente, do Direito à Liberdade de Expressão?

Iniciar esta curta reflexão impõe situar o Dever de Reserva e, desde logo, evocar não o Estatuto dos Magistrados Judiciais mas a nossa Lei Fundamental que, no que respeita ao Princípio da Igualdade no seu arto 13o nos diz que” todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a Lei. Que, ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.”

Se repararmos, desde logo, encontramos razões que são afastadas e pelas quais não pode o cidadão ser privado do exercício de direitos. A Constituição não prevê o exercício de uma determinada profissão. Quererá a Constituição da República Portuguesa dizer que algumas profissões estarão privadas de

alguns direitos, como por exemplo o direito à greve, no caso dos militares, ou o direito à liberdade de expressão no caso do Poder Judicial?

O artigo 37.o da CRP dispõe no seu no 1 que “todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, (...), sem impedimentos nem discriminações e no no 2 que, o exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura.” Mas acrescenta no no 3 que, “as infracções cometidas no exercício destes direitos ficam submetidas aos princípios gerais de direito criminal ou do ilícito de mera ordenação social (...) “

O artigo 10 o da Convenção Europeia sobre Direitos Humanos (CEDH), sobre Liberdade de expressão diz-nos que toda pessoa tem direito à liberdade de expressão e este direito inclui a liberdade de opinião e de receber e transmitir informações e ideias sem interferência da autoridade pública, independentemente de fronteiras.”

Dispõe ainda este artigo que o exercício destas liberdades implica deveres e responsabilidades e pode ser submetido a certas formalidades, condições, restrições ou sanções, previstas por Lei e necessárias numa sociedade democrática, no interesse da segurança nacional, integridade territorial ou segurança pública, para a prevenção do crime, para a protecção da saúde ou da moral, a protecção da reputação ou dos direitos de outrem, para impedir a divulgação de informações confidenciais, ou para garantir a autoridade e a imparcialidade do Poder Judiciário.¹

Começa a tomar forma nesta breve reflexão, também quanto ao Direito de Liberdade de Expressão do Poder Judicial, a noção de que



>> um direito deve ser exercido sem que colida com outros direitos e o respeito cego pelo dever de reserva pode colidir com Direitos.

O Juiz é titular de um órgão de Soberania a quem compete administrar a Justiça em nome do povo de acordo com o disposto no arto 202o da CRP. O que se pede ao Juiz é que assuma o papel que se comprometeu a desempenhar quando, no dia em que tomou posse, prestou compromisso de honra de fazer cumprir a Constituição e a Lei em geral devendo ter-se em conta que “a subordinação acrítica do Juiz ao direito legislado, visão tradicional na linha de Montesquieu, começa a esfumar-se em quase todos os países liberais democratas.”²

Quer isto dizer que o Poder Judicial, para além de interpretação da Lei, não deve silenciar-se mas antes comunicar, não só tornando a sua decisão acessível através da fundamentação escrita, mas ainda através de esclarecimentos que posteriormente se tornem necessários.³

Impossibilitar o Judicial de informar, ou mesmo de responder a afirmações que deturpem a realidade de uma investigação ou de uma decisão, não será abrir a porta a especulações desnecessárias sobre coisas simples, deixando que se teçam teias de informação deturpada, se não maldosa, sobre determinado indivíduo gerando portanto, o tal ruído na comunicação para o qual o silêncio não é bom conselheiro? Sem dúvida que estamos perante mais uma “não pergunta”.

Transmitir informação e saber fazê-lo é um passo para pôr fim aquilo que Cunha Rodrigues aponta

1 O arto 19o da Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que “todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de

no seu livro “Comunicar e Julgar”,⁴ como um défice comunicacional do Direito e da Justiça que apenas causam no cidadão em geral, que por ela é protegido, a descrença.

Desencriptar a linguagem jurídica é uma forma de garantir aos cidadãos que a Soberania que é sua, está protegida e não que há nada de mágico nem terrivelmente poderoso no exercício de administrar a Justiça, nem nada de secreto no Direito.

O Dever de Reserva está consagrado nos Estatutos dos Magistrados Judiciais desde 1985. Já estava em 1977 com a terminologia de dever de sigilo.

Quantos jornais online existiam? E quantas redes sociais? E a que velocidade corria a informação ao alcance de todos? E qual a capacidade de construir e desconstruir uma imagem, uma ideia, uma (des) informação, no espaço de um enter ou de um copy past? E qual a mediatização da justiça na altura? Podemos ir mais longe e questionar sobre qual a imagem da justiça na altura.

Também para os Media mudou a forma de informar. Atente-se na World Wide Web, na sua dimensão, no seu alcance e na informação que transporta ao segundo. A criação de blogs, sites, redes sociais como o Facebook, o Twitter, websites noticiosos, tudo ao alcance de um click, tudo sob os nossos olhos muito antes de qualquer telejornal noticiar. O simples Instagram é um veículo de informação mais rápida que o Facebook. Quando rebentaram os conflitos na Turquia, o Instagram foi o primeiro a noticiá-los ao Mundo. Lembro-me de no dia 1 de Junho de 2013 não haver qualquer

Lei não podendo esses direitos e liberdades, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos fins e aos princípios das Nações Unidas.
2 Afonso, Orlando Viegas Martins – Poder Judicial Independência e in Dependência p. 79– Almedina- Junho de 2004.
3 O próprio Código de Processo Penal prevê a possibilidade de

informar quando necessário ao restabelecimento da verdade e sem colocar em causa a investigação - arto 86o - no 9 a) CPP.
4 Rodrigues, Cunha 1999. Comunicar e julgar, Colecção Comunicação – Editora Minerva Coimbra

notícia em Portugal e ver as imagens fotográficas que falavam mais que qualquer artigo de jornal que pudesse ser escrito. Ninguém esquece a revolução no Egipto feita quase em directo no Facebook ou as notícias chegadas da Tunísia e há muito pouco tempo de Kiev.

Ninguém esquece as notícias publicadas sobre julgamentos que passam a ser mediáticos, por aparecerem em todas as redes sociais, em todos os jornais on line, com os mais diferentes comentadores e as caixas de comentários mais estranhas e demonstrativas da falta de informação sobre a realidade judiciária, onde todos participam aquilo que julgam ser a realidade da justiça ainda que não tenham noção da realidade da mesma.

Mudam-se os tempos e as vontades, as exigências e as necessidades. A Justiça foi Mediatizada, os Media são ainda mais rápidos do que eram antes mas, nem por isso mais esclarecidos. Urge mudar o comunicar.

A existência de um Dever de Reserva origina a informação deficiente e os julgamentos em praça pública? Os juízes são cidadãos com especiais responsabilidades, não apenas pela função que exercem, mas fundamentalmente pelo que representam e pelo conhecimento que têm da realidade processual. Pergunta-se, qual o perigo de que se faça um comunicado explicativo e acessível, se necessário, sobre a mesma?

Há que sublinhar que a confiança do cidadão na administração da justiça e nos juízes, só é um valor em si se tiver um carácter racional e não de confiança cega. Não terá o cidadão neste caso o direito a ser informado como tem o doente direito a sê-lo pelo seu médico? Não trará isso maior confiança e paz pública, em vez de acusações injustas e descabidas de corporativismo?

Uma intervenção rigorosa, objectiva, desapaixorada, que não adjective, mas que corajosa e serenamente desconstrua a hermenêutica jurídica e, duma forma pedagógica contribua para o debate público na sociedade democrática em que nos inserimos, só pode ser a bem da Justiça, dos seus

administradores e dos envolvidos nos processos. Tirar à Justiça a imagem obscura de secretismo só beneficiará o respeito por ela.

O Poder Judicial tem de ter direito à palavra, numa sociedade onde os Media são quase um poder de Estado.

Falar de liberdade de expressão do Juiz implica não só falar daquilo que não deve ser imposto pelo Conselho Superior da Magistratura mas, também, falar de censura e sanções disciplinares por se exercer um Direito Fundamental.

E, deixando esta questão quem sabe para um outro texto e porque haverá momentos em que surge como dever de sigilo e momentos em que passa a ser dever de reserva, deixam-se a final algumas questões a pensar e responder:

- Tendo em conta os direitos envolvidos e as características da função do juiz, que deve conhecer, interpretar e aplicar a lei, torna-se necessária a imposição do Dever de Reserva?
- Não está o Juiz já sujeito à norma que nos diz que “as infracções cometidas no exercício destes direitos (Direito à Liberdade de Expressão), ficam submetidas aos princípios gerais de direito criminal ou do ilícito de mera ordenação social (...) “?
- Sendo o segredo de justiça uma imposição legal clara e definida de cariz excepcional, há necessidade de imposição do Dever de Reserva ao próprio aplicador e intérprete da lei?

- Sendo a presunção de inocência um dos princípios basilares do nosso ordenamento jurídico impor ao aplicador, intérprete e conhecedor da lei o Dever de Reserva não porá em risco esse princípio face ao modus operandi dos Media?

O facto de ser titular de um poder/dever concede ao Poder Judicial a noção clara e transparente de que sendo o aplicador da Lei, deve ser o guardião da mesma e mais do que da Lei, da Justiça, da Equidade, da Verdade e do Direito, na protecção de Direitos Fundamentais em geral e deste em particular, porque todos são também seus. ●

artigo

Do inventário notarial: algumas reflexões

João Maia Rodrigues **Notário**

No passado dia 2 de setembro fez um ano de vigência o novo regime jurídico do processo de inventário (RJPI). A Lei n.º 23/2013, de 5 de março, concretizou uma reforma há muito anunciada, transferindo para os cartórios notariais a competência para o desenvolvimento global do processo e a responsabilidade pela sua nova forma de tramitação.

Há quem defenda que a opção legislativa traduzida na desjudicialização deste processo é inadequada. Por um lado, porque pode apresentar uma grande conflitualidade, por outro, porque pode suscitar variadas questões de inconstitucionalidade.

Com este texto pretendemos apenas apresentar algumas ideias que nos parecem importantes sobre esta matéria para, se possível, concluirmos sobre o parcial acerto técnico das medidas tomadas. A primeira reflexão procura determinar qual a motivação que levou o legislador a retirar estes processos dos tribunais. Antes de mais nada, é preciso lembrar que a reforma empreendida não se tratou propriamente de uma novidade do XIX Governo Constitucional. Ao invés, já o anterior Governo havia levado este desiderato quase até ao final, através da Lei n.º 29/2009, de 29 de junho. Também é preciso recordar o compromisso assumido com o Banco Central Europeu, com a União Europeia e com o Fundo Monetário Internacional, que para o setor da justiça impunha reforçar a utilização dos processos extrajudiciais existentes para as ações de partilha de imóveis herdados. E, finalmente, tenhamos presente que,



com base em dados de 2013, os processos de inventário nos tribunais eram dos mais morosos, tendo uma duração média para a sua conclusão de 41 meses, estando pendentes, à data da alteração do regime, cerca de 20.359 processos.

Assim, para nós, a desjudicialização operada foi uma decorrência das circunstâncias atrás elencadas e visa alcançar a celeridade na tramitação destes processos sem, naturalmente, se perderem a segurança jurídica e a proteção da confiança. A segunda ponderação prende-se com as razões que levaram à eleição do notário e dos cartórios notariais, como o profissional e o ambiente adequados para receber as novas competências.

Com efeito, nenhum outro profissional do direito, atendendo à sua qualificada formação, à experiência específica em matéria de partilhas, e ao seu particular Estatuto profissional (oficial público, isento, regulado e fiscalizado pelo Estado), se aproxima tanto do juiz como o notário, outrora já classificado de magistrado de jurisdição voluntária. Uma terceira ideia tem a ver com a natureza jurídica do processo em análise. Relembro, que já nas revisões dos Códigos de Processo Civil de 1939 e 1961 foi suscitada a questão de saber se o inventário deveria ser regulamentado, ou no capítulo referente aos processos de jurisdição voluntária, ou, em alternativa, como

processo especial. E também já foi defendido que se trata de uma forma processual executiva, mais do que declarativa. Em variados arestos jurisprudenciais, e quanto a este assunto, encontramos: “um processo de feição graciosa, em que o juiz homologa e não decide”; “natureza maleável”; “natureza “sui generis””; “processo de feição muito própria”; “juízo de administração e equidade”; “processo de características especiais”; “processo contencioso “sui generis””; “processo gracioso em que a vontade dos interessados é sobremaneira relevante”; “processo de equidade a que repugna uma demasiada rigidez de preceitos e de práticas processuais”; “processo não sujeito a princípios de estrita legalidade”; “processo gracioso enquanto se não suscitarem divergências”. E, na doutrina, defendeu-se ser este um “processo fundamentalmente não jurisdicional”. Ora, com o novo regime, ao notário compete o processamento de todos os atos e a direção de todas as diligências do inventário, exercendo as suas funções em instalações próprias. Por outro lado, a intervenção judicial encontra-se reservada para a decisão

homologatória da partilha, para os recursos e também sempre que, na pendência do inventário, se suscitarem questões que, atenta a sua natureza ou complexidade da matéria de facto, ou desta e da matéria de direito, não devam neste processo ser decididas. Nesta sede, e a propósito, cumpre também fazer uma referência à posição do Ministério Público. Na nossa perspetiva, independentemente do juízo de valor que se faça da opção do legislador, entendemos que a doutrina expressa no Parecer n.º 5/2014, do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República, de 10 de Abril, sufragada na Diretiva da Procuradora – Geral da República, n.º 3/2014, de 28 de maio, traduz corretamente a intenção legislativa nesta matéria específica e não podemos deixar de destacar a sua última conclusão: “as normas constantes do RJPI que preveem a prática pelo notário de atos que se caracterizam, ou podem ser caracterizados, como materialmente jurisdicionais não contendem com o princípio da reserva jurisdicional consagrado no artigo 202.º da CRP”. Posto isto, a nosso ver, o atual processo de inventário é um processo

misto. É sobretudo, e fundamentalmente, um processo notarial, colocando-se, nesta sede, a interessante questão de saber qual é a natureza jurídica da função notarial. Mas é, também, necessariamente, um processo judicial e, enquanto função jurisdicional, constitucionalmente reservada ao poder judiciário. Como última questão a ser destacada, referimos que, com esta reforma, pretendeu o legislador através do regime previsto na citada Lei 23/2013, e na portaria que o regulamenta, disciplinar autonomamente e integralmente o processo de inventário. Assim sendo, ao que nos parece, é neste micro sistema que o notário tem de encontrar a resposta a muitas questões que na prática se vão suscitar. Por exemplo, os regimes das suspeições e das férias judiciais não estão regulados expressamente na nova lei. Isto significa que o notário deve, necessariamente, importar as regras do Código de Processo Civil, e respetiva legislação complementar, por serem de aplicação subsidiária? Numa primeira abordagem, parece-nos que não. Se procedermos a uma

interpretação das normas constantes do novo diploma, tendo por base a sua própria história, teleologia e sistemática, podemos concluir que referidos institutos não se aplicam ao inventário extrajudicial, por ser esta a solução que mais se adequa ao modelo adotado pelo legislador. Em conclusão, pensamos ser acertada a via desjudicializadora para estes processos, que em muitos casos não têm qualquer litígio inerente, e também que a função mediadora dos notários, acompanhada da privatização dos meios colocados à disposição de todo o procedimento, levará seguramente ao sucesso desta reforma. No entanto, estamos certos não ser este o regime jurídico ideal, que muitas vezes se limita a reproduzir o regime anterior, tornando quase inevitável que os interessados se desdobrem entre o cartório e o tribunal. Mas estamos convictos que, no futuro, será possível o desenvolvimento de um quadro legal mais simples, na fase notarial, e eventualmente mais claro e pleno, na fase judicial, depois de absorvidos os ensinamentos da experiência e da aplicação das normas agora vigentes que permitam corrigir algumas soluções menos ajustadas. ●



O décimo aniversário da “1.ª República Portuguesa de Juízes”, seu epílogo e a aurora da sua 2.ª versão.

Artur oliveira Juiz desembargador

Decorreram dez anos desde a primeira vez que , em Portugal, se opinou sobre uma “República de Juízes” sendo prudente repristinar a atmosfera que se vivia na altura.

Surgem à memória recordações de grande exaltação popular e em que a multidão em geral estava satisfeita. Por um lado por ver, finalmente, revelados os segredos alheios e por outro, por ver no banco dos Arguidos alguns que, por definição, e até então eram considerados intocáveis. Usou-se, à época, e muito, a arma da deslegitimação por parte daqueles que se sentiam ameaçados pelas investigações dos magistrados, pois demonstrou-se que o sonho de todo e qualquer acusado não se resumia apenas em provar a sua inocência mas também demonstrar que quem o acusava o fazia com más intenções.

Houve um ultrapassar das regras do jogo pois o Estado de Direito pressupunha, e pressupõe, a falibilidade do acusador com o decaimento ocasional da causa que este se propõe a sustentar sendo o nosso garante civilizacional em matéria de justiça a percepção que o acusador não tem sempre razão (não correspondendo este paradigma à ideia errada de que cada acusação comporta em si mesmo uma profunda injustiça ou, no mínimo, um erro judiciário que compete ao povo combater).

Foram momentos de profunda emoção popular, marcada pela agitação causada por processos mediáticos que representavam um terramoto



na sociedade de então. Foram abertos diversos inquéritos crime, os quais, e em certa fase dos mesmos, conduziram à detenção de um número considerável de cidadãos de renome social (pelo menos na sua grande maioria), detenções estas que resultaram, na maioria dos casos, na aplicação de medidas de coação privativas da liberdade. Muitas dessas medidas de coação foram sustentadas após os sucessivos recursos interpostos sobre as decisões que as aplicaram persistindo, inclusive, até à sua cessação pelo decurso do tempo.

Momentos houve em que a perplexidade, perante a dinâmica dos acontecimentos, era tal que gerou a convicção séria, não apenas ao nível do cidadão mas inclusive ao nível da classe política (e até mesmo dos magistrados), de que todos estavam ou a ser escutados ou, pelo menos, a escutar alguém. Referimo-nos à paranoia das escutas telefónicas na

qual nunca acreditei mas que fez furor durante muito, mas muito tempo, sem fundamento, sem qualquer motivo, sem razão, mas que se propagou na opinião pública como um incêndio numa pradaria (aliás, sou a crer que quem lê estas linhas ainda se questionará sobre como é que é possível existir alguém tão ingênuo como eu a ponto de acreditar que a paranoia das escutas telefónicas vivida na última década não passou disso mesmo, de uma paranoia).

Desenvolveu-se também a teoria da conspiração que dispensa qualquer apresentação. Esta assenta na regra de que tudo, mas tudo o que acontece nos Tribunais, ou se refere a cidadãos sem visibilidade pública ou, caso contrário, é arquitetado por um conjunto de pessoas representativas de interesses dúbios e mal intencionadas, quer passem pelo universo do futebol, quer incidam sobre uma figura do universo político, quer sejam figuras de um qualquer outro cenário televisível.

Houve momentos de surpresa, tais como o congelamento da progressão na carreira dos juízes, a redução das férias judiciais, a supressão do sub-sistema de saúde de que estes beneficiavam, medidas tomadas sempre sobre o argumento de que era necessário acabar com os privilégios dos juízes. Tudo se fez sem quaisquer dificuldades quer a nível legislativo quer a nível do escrutínio popular, e sempre com o beneplácito dos media. Surgiram também inimigos, nomeadamente dentro dos representantes de ordens profissionais representativas de profissões forenses, tais como um Bastonário da Ordem dos Advogados que, dia após dia, semana após semana, nos jornais, na televisão, na rádio, na internet, apelidaram os juízes de tudo o que havia de péssimo para apelidar, mas sempre com a ciência (ou instinto) adequada a evitar qualquer condenação em processos judiciais ou disciplinares.

Nessa época, os juízes habituaram-se a ser maltratados e desprezados, ora na praça pública, ora nos meios de comunicação social, ora ainda na própria sala de audiências onde, não poucas vezes o cidadão respeitador se substituiu por alguém que levanta a voz aos juízes, por vezes lançando impropérios, por vezes ameaçando e lançando dúvidas sobre a legitimidade ou honestidade do próprio Tribunal, sendo que, os erros dos outros passaram sempre a ser, aos olhos daqueles que servimos, os erros do juiz. Conseguiram inclusive

lançar sobre a classe dos juízes a suspeita infame da corrupção, como se a mesma estivesse conectada a um qualquer interesse oculto sem nunca cogitar sobre porque é que, estando alegadamente premiável a interesses ocultos, lhe retiravam os seus rendimentos, o seu sistema de saúde, e impediam os seus elementos de progredir na carreira.

Os momentos vividos foram-no com alguma surpresa e desconcentração pois foram os primeiros do género, sem precedente igual sobre o qual se pudesse retirar algum exemplo útil de como gerir uma convulsão social daquelas.

Neste clima, o mês de Dezembro de 2003 correspondeu ao auge da descoberta por parte dos media de um maná jornalístico de cariz judiciário enquanto produto apetecível pelo público em geral. Nesse clima, e em plena tempestade informativa e de debate, com o culminar da curiosidade suscitada pelo universo judiciário, foi publicado o livro “Interrogações à Justiça”, tendo este dado a conhecer a lógica, opinião, e perspetiva dos juízes sobre os temas da justiça e da sua administração, assumindo o mesmo como ponto de honra, que o cidadão português estava dotado não só do direito a conhecer os seus juízes como também as correntes de pensamento que atravessaram a magistratura judicial de então.

O Movimento Justiça e Democracia assumiu então a iniciativa e a responsabilidade sobre tal projeto, enquanto organização representativa de juízes de cariz não sindical. Foram convidados para coordenar o referido projeto os Senhores Juízes Conselheiros José Gonçalves da Costa, Armando Gomes Leandro e Fernando Pinto Monteiro. Pediu-se ainda e após o contributo de um painel de personalidades que, de forma assumida e interessada concentrava a sua atenção (entre outras) nesta área a saber, António de Araújo, Daniel Proença de Carvalho, Francisco Sarsfield Cabral, José Joaquim Gomes Canotilho e Sofia Pinto Coelho, aos quais foi solicitada a formulação de dez interrogações livres sobre o que consideravam ser as grandes questões da justiça de então.

Agruparam-se tais perguntas em cinco áreas temáticas fundamentais, nomeadamente o poder judicial enquanto questão político-



>> constitucional e enquanto realidade determinante da administração da justiça; os juízes: atividade jurisdicional, estatuto e retrato sócio-cultural; a emergência da justiça na sociedade de comunicação; a perspectiva económica da justiça: o judiciário nos caminhos da qualidade e da eficácia; e por fim, as controvérsias acerca da justiça penal. Por fim, selecionou-se, após convite, um conjunto de juízes tido por representativo e plural, convidando-se cada um destes a escolher o tema da sua preferência assim como a responder às questões postas ou a escrever um texto em que abordasse tais interrogações. A esse desafio responderam trinta e seis juízes.

De relembrar que o momento de publicação do livro era particularmente sensível sendo as razões de tal sensibilidade (decorria então o ano de 2003) sobejamente conhecidas. Os debates então em curso permitiram verificar que não se tratava apenas de uma emoção passageira ou de um excesso de exposição devida à notoriedade de alguns. Porém, e não obstante os testemunhos serem de magistrados judiciais e de assim representarem uma única profissão dentro do sistema de justiça, o livro não se revelou uma manifestação de um esperado (por alguns) corporativismo, isto é, as opiniões expostas não foram nem homogêneas, nem revelaram uma evidente vontade de defesa de interesses sociais parcelares. Não traduziram uma só experiência nem se propuseram a defender um estatuto, não se eximiram às suas próprias responsabilidades nem disfarçaram as suas próprias deficiências mostrando os juízes participantes disponibilidade para a reflexão, correção e colaboração na resolução dos problemas, exibindo uma pluralidade de opiniões tal que poderíamos pensar estar a lidar com pessoas de perfil e funções completamente diversos. Cada juiz entrevistado respondeu com toda a sua liberdade de cidadão e toda a sua convicção de profissional, sem olhar aos eventuais reflexos condicionados que todas as corporações podem e costumam suscitar. Assumiu-se a sustentabilidade da justiça não só na racionalidade do sistema e no formalismo das leis, mas também em algo mais difuso: a confiança. Foi possível trazer razão onde apenas existia emoção, alguma ordem ao caos, sabendo os juízes demonstrar, e mais do que tudo o resto, resiliência e serenidade.

Uma palavra de apreço é devida a todos os Juízes envolvidos nos processos mediáticos de então, os quais exerceram as suas funções em condições muitas das vezes humilhantes e sempre sujeitos a toda a espécie de juízos de valor pejorativos sobre as suas pessoas e sobre as suas decisões, muitas das vezes com receio sobre a sua vida e integridade física daqueles que lhes eram próximos. Uma palavra de apreço é devida também a todos os Juízes que ultrapassaram a “1.ª República de Juízes” com todas as situações inerentes a tal condição, ou seja, a degradação salarial, a falta de perspectivas de carreira, a eliminação dos “privilégios dos juízes”, assim como os insultos gratuitos a que se sujeitaram indevidamente e com frequência. Uma palavra de apreço é devida também aos Juízes que contribuíram com a sua lógica expressa nas palavras impressas no livro “Interrogações à Justiça” pois as mesmas representaram, à época, uma voz afinada transmissora de uma mensagem de sanidade em tempos de cólera.

“**Uma palavra de apreço é devida a todos os Juízes envolvidos nos processos mediáticos de então, os quais exerceram as suas funções em condições muitas das vezes humilhantes e sempre sujeitos a toda a espécie de juízos de valor pejorativos sobre as suas pessoas e sobre as suas decisões, muitas das vezes com receio sobre a sua vida e integridade física daqueles que lhes eram próximos**

Mais de dez anos se passaram desde o lançamento das “Interrogações à Justiça” sendo certo que ouço, pela segunda vez em Portugal a expressão “República de Juízes” mencionada nos locais do costume e com os avisos e receios habituais de quem a comenta. Segue-se inclusive a estratégia do costume, advertindo-se para os seus perigos e para a necessidade de a impedir (em tom tal que nos faz crer que fundar uma República de Juízes é o propósito de um qualquer juiz). Os processos mediáticos estão a correr os seus termos, com a curiosidade a estes inerentes, com as interrogações do cidadão (recuso-me a usar a expressão “do público” pois creio que a mesma se adequa melhor ao universo artístico) e com justificações apresentadas por quem nem sempre as sabe ou as quer corretamente dar.

Estamos em período pré-eleitoral tal como aquando da “1.ª República de Juízes”, com preponderância para as investigações criminais assim como para os primeiros interrogatórios judiciais, as buscas, as escutas telefónicas, as medidas de coação privativas da liberdade aplicadas sobre figuras de relevo. Estamos todos mais experientes, quer a classe política, quer os meios de comunicação social, os advogados, os procuradores e juízes também, com as responsabilidades daí inerentes.

Enfrentámos alterações legislativas de carácter processual penal aquando da “1.ª República de Juízes” e já se sente, atualmente na sua 2.ª versão, a ameaça com a necessidade de se prevenirem situações gravemente atentatórias dos direitos humanos decorrentes da atuação judicial de agora. Estou certo que o discurso sobre a necessidade de se proceder à eliminação dos privilégios dos Juízes estará para breve, bastando-nos aguardar para assistir à transformação de tal discurso, de entre outras medidas, numa redução (ou quiçá eliminação) do subsídio de compensação auferido pelos Juízes. Basta que haja vontade política para o fazer, espalhar a urgência e moralidade de tais políticas durante uns meses e terminar com a aplicação das mesmas com júbilo dos seus autores e apoiantes.

As semelhanças são as que são, entre a “1.ª República de Juízes” e a “2.ª República de Juízes”, tornando-

“**Aguardemos pela resposta a este repto e com esperança. Esperança por uma segunda versão do livro “Interrogações à Justiça” igualmente pródiga em razão**

se premente o lançamento de um catalisador de racionalidade e de bom senso semelhante ao que as “Interrogações à Justiça” representaram em Dezembro de 2003 pois o terreno é muito fértil. Fértil em emoções e fértil em razões. Fértil na desinformação e fértil na necessidade de a combater em moldes adequados tais como no passado ocorreu com a iniciativa do Movimento Justiça e Democracia e com o contributo de trinta e seis juízes que responderam às grandes questões da justiça de então sendo que muitas das mesmas ainda mantém a sua pertinência, muito embora, e agora, após mais de dez anos, com um olhar atual.

Aguardemos pela resposta a este repto e com esperança. Esperança por uma segunda versão do livro “Interrogações à Justiça” igualmente pródiga em razão. Esperança por uma “República de Juízes” mais serena do que a que sucedeu em tempos, menos castigadora para os juízes de hoje, e de preferência, com uma duração mais fugaz do que a anterior. Aguardemos. ●

entrevista

“Criaremos gabinetes de apoio aos jovens Juízes e Juízes Jubilados”

J&D Revista

Entrevista ao Candidato a Presidente da Associação Sindical dos Juízes Portugueses Luís Miguel Martins, Juiz de Direito.

J&D- Quais são os grandes lemas da lista que encabeça?

Luís Miguel Martins (LMM) -A lista que encabeço tem como significativo lema EM NOME DOS JUÍZES – Renovar, Aproximar e Conseguir. Propomo-nos ser uma Associação inclusiva, com a audição de todos os Juízes sobre as questões essenciais, incrementando o pluralismo, o debate interno, consagrando o direito de tendência e criando gabinetes de apoio para os mais jovens e mais antigos associados. Queremos ter abertura designadamente para a participação de colegas que não integrem os órgãos sociais em grupos de trabalho, destacando neste campo, por exemplo, ao nível das organizações internacionais que a ASJP integra, que nos casos de representação plural nesses organismos, a atribuição de uma quota de 50% a associados que não façam parte dos corpos directivos nacionais e regionais da ASJP. O RENOVAR significa buscar que os mais jovens se associem, assumam a ASJP como sua e que passem a ter peso nas decisões a tomar. Para isso, iremos ao CEJ alertar para a importância do associativismo sindical e implementaremos uma série de medidas de apoio aos jovens juízes, com a criação de um gabinete de apoio específico, disponibilizaremos informação completa relativamente às características dos Tribunais de Primeiro Acesso, produziremos um dossier de apoio ao novo Juiz que contenha estudos e a jurisprudência mais relevante relativa ao Estatuto Sócio-Profissional dos Magistrados Judiciais, promoveremos acções de formação sobre a primeira inspecção especificamente



dirigidas para os juízes colocados em primeiro acesso, juízes estagiários e auditores de justiça. No que toca à nossa lista o Renovar ressalta da sua juventude e de Juízas e Juízes que pela primeira vez abraçam as lides associativas por sentirem que chegou a hora de fazerem algo para que o estado de inércia em que nos encontramos se altere. O APROXIMAR significa um corte em absoluto com estes três últimos anos de total distanciamento da DN da ASJP em relação aos associados com escassíssimas visitas aos Tribunais, uma inexistente rede de contactos e pouca clareza e transparência na divulgação da sua actividade, como é exemplo paradigmático a quase total ausência de informação sobre o processo de revisão do EMJ. Pretendemos promover visitas regulares aos diversos tribunais, com o escopo de detectar, denunciar e contribuir para a resolução de problemas associados à condição de exercício da actividade jurisdicional,

capacidade de resposta das instâncias, segurança e outras questões relevantes para o desempenho da função jurisdicional. Assumimos o compromisso de realizar uma reunião mensal da direcção nacional (ou regionais) num dos Tribunais Judiciais das novas Comarcas.

Naturalmente que queremos CONSEGUIR tudo isto e todas as outras medidas que constam do nosso programa, com a colaboração de todos os associados. Temos assim um plano de actuação que está em consonância com o nosso lema.

J&D- Em que é que esta lista se distingue das demais?

LMM - Uma primeira palavra para assinalar o apoio dos Conselheiros Barros Caldeira, Vasques Dinis e Serra Baptista, este último cuja personalidade e capacidades pessoais perspectivavam logo uma atitude diferente na condução do CSM caso tivesse sido eleito, tal como o tempo o está a demonstrar, sendo que esta é uma conclusão que é cada vez mais aceite pela generalidade dos colegas.

Trata-se desde logo da lista apoiada pelo Movimento Justiça e Democracia, a que actualmente presido. A vontade de mudar, de fazer, de deixar uma chancela positiva e o inconformismo são a nossa imagem de marca, a que não é alheia a juventude que a caracteriza, associada à experiência de outras nas lides associativas, como é o meu caso, pois já integrei como Vogal a última DN presidida pelo Desembargador António Martins e estive de 2010 a 2013 no Conselho Superior da Magistratura como Juiz-Secretário. Temos por exemplo na nossa lista os Desembargadores Estelita de Mendonça, Duro Mateus Cardoso e José Eusébio, antigos vogais do CSM que, com essa experiência, contribuirão para criar uma massa crítica e um grau de relacionamento exigente com o Conselho Superior da Magistratura. A Paula Conceição, candidata a Vice-Presidente, empresta-nos uma visão integrada sobre o relacionamento entre os Tribunais Superiores e os Tribunais de Primeira Instância e a sua presença é importante para construir um gabinete de estudos com garantia de qualidade e o inconformismo do Rui Luís é a garantia que esta direcção não adormecerá na defesa dos interesses de todos as Juízas e Juízes. Na DN estão igualmente a Ana Cláudia Cáceres, que fez parte de duas direcções regionais, a Anabela Rocha, experiente formadora, o Francisco Ferreira da Silva com essa mesma

experiência. A juventude da Cidalina Freitas, que está ligada a diversos projectos de comunicação na área da internet, e do Alexandre Baptista e o conhecimento do Carlos Fernandes sobre a jurisdição administrativa permitiram a construção de uma equipa homogénea e com conhecimentos diversificados e abrangentes. O António Gomes, o José Quaresma e a Teresa Garcia, respectivamente candidatos ao Conselho Geral norte, centro e sul, têm também uma grande experiência acumulada. E os candidatos às Direcções Regionais Carlos Casas Azevedo, Mónica Dias e Cristina Esteves conseguiram reunir equipas dinâmicas e coesas. Uma palavra de satisfação pela presença na lista do Desembargador Agostinho Torres, que não é mais expressiva por razões que todos entendem na presente conjuntura.

Caracterizo assim a nossa equipa como sendo a mais eclética, com colegas de todas as jurisdições e pontos do país – estando pela primeira vez representadas ambas as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores nas equipas executivas – e com experiências distintas. Tenho um enorme orgulho na equipa e nos Juízes que me acompanham nesta dura jornada, não podendo deixar de realçar o nosso Mandatário Nacional, o Conselheiro Pires da Rosa, que constitui uma fonte de inspiração e motivação para todos nós. Mas respondendo mais especificamente, somos a lista que melhor consegue equilibrar a postura institucional com a vertente sindical, não temos dependências nem subserviência perante o Conselho Superior da Magistratura e não nos vergamos perante o poder político, seja ele qual for.

J&D- Que diferenças notou no relacionamento da direcção ainda em funções com o actual CSM?

LMM – Todos notamos muita proximidade e cumplicidade com o actual Conselho Superior da Magistratura e sobretudo com o actual Vice-Presidente. Aliás, o núcleo da actual direcção e dos demais corpos sociais foi apoiante da candidatura do Conselheiro António Piçarra às últimas eleições do CSM e tem valorizado mais essa solidariedade pessoal e cumplicidade eleitoral do que os interesses sócio-profissionais dos juízes portugueses. Veja-se o comunicado que emitiu a propósito do processo de nomeação dos Juízes Presidentes, na sequência das declarações do Vice-Presidente do CSM, em que veio dar conforto às insinuações e



>> suspeições jamais concretizadas, em vez de pedir essa mesma concretização, como era sua obrigação. Sentimos igualmente um silêncio pesado da ASJP designadamente sobre os atrasos nas inspecções judiciais, no cumprimento da elaboração anual dos planos de inspecções (o de 2015 ainda nem sequer está aprovado, e o de 2014 foi aprovado em Março desse mesmo ano, sendo que o Regulamento das Inspecções Judiciais estabelece o mês de Novembro do ano anterior para a sua aprovação), no não preenchimento dos quadros dos Inspectores Judiciais, na falta de questionamento sobre a ausência de um critério estável na atribuição das classificações de serviço e no endurecimento das sanções disciplinares. O Regulamento de Inspecções Judiciais impôs um manual de (boas e) más práticas, a que o CSM não se sente vinculado e a ASJP não emitiu uma palavra sobre o assunto, permitindo assim interpretações divergentes e pouco fundamentadas sobre a avaliação dos juízes. Mais do que isto, no novo modelo de reforma, a ASJP e o CSM não conseguiram densificar minimamente os poderes dos juízes presidentes e não contribuíram para a regulamentação dos pontos críticos da reforma, designadamente no tipo de relacionamento existente entre poderes de gestão e poderes de controlo jurisdicional, sendo que muitos dos juízes sentem actualmente que a sua área de independência decisória está condicionada por factores externos. Por outro lado, não se ouviu por parte da DN uma voz forte contra o funcionamento de Tribunais em contentores, como sucede em Vila Real, Loures, Setúbal e Faro, em condições insalubres e de desprestígio para a Justiça. A ASJP tem naturalmente de ter boas relações institucionais com os seus interlocutores, nomeadamente com o Conselho Superior da Magistratura. Não pode é ter uma política de convivência que não defende os interesses dos Juízes. A ASJP deve ter sobretudo uma saudável atitude dialéctica de conflitualidade com o CSM, instigando-o e motivando-o a adoptar condutas que vão no sentido da defesa dos interesses dos Juízes, apresentando propostas, criticando e quando tiver que elogiar, fazendo-o igualmente.

J&D- E como caracteriza o relacionamento com os associados em geral, ao longo de todo o

mandato desta DN?
LMM – Foi uma falência total no relacionamento com os associados. Não os respeita, não os informa e não os ouve. Aliás, mesmo junto do eleitorado que contribuiu para o eleger, o descontentamento foi latente desde o início do mandato do Desembargador Mouraz Lopes, agora Conselheiro, pois este durante a campanha nunca revelou que se tinha candidatado a um lugar no Tribunal de Contas e que tinha sido graduado. Não está em causa o exercício dessas funções, mas sim a falta de transparência e a ausência de informação sobre todo este processo. Desde então a atitude de ausência e de distanciamento foi crescendo. O processo de revisão do EMJ que seria obrigatoriamente uma das bandeiras desta direcção é ilustrativo da falta de sentido estratégico do actual mandato. Este processo decorreu sem qualquer informação substantiada sobre o mesmo. A ASJP teve um membro no grupo de trabalho que funcionou no Ministério da Justiça, mas nós não sabemos que posição em concreto defendeu, pois não houve informação relevante sobre essa matéria. Não sabemos se defendeu as posições dele, da DN, de um grupo mais restrito ou o do grupo de trabalho criado em Abril de 2013 na própria ASJP e que, pasme-se, apresentou o relatório final em Fevereiro de 2015, já depois de entregue o projecto do grupo de trabalho que funcionou no Ministério da Justiça. Para além de lastimável, é uma situação ridícula e sem qualquer utilidade prática, quando precisamente a Ministra da Justiça já se queixava – e com razão - do atraso na conclusão dos trabalhos. Uma coisa é certa, não foi a posição dos associados e dos Juízes que o representante da ASJP defendeu, pois os associados nem sequer foram ouvidos sobre esta revisão do EMJ e, mesmo que não pretendesse a marcação de uma Assembleia-Geral, a ASJP poderia ter feito tal audição através do envio de um simples ofício ou comunicado por via digital ou papel, solicitando que os Associados se pronunciassem sobre as alterações que propugnavam para o EMJ ou então que emitissem opinião sobre um relatório elaborado atempadamente pelo segundo grupo de trabalho (o primeiro grupo de trabalho constituído em 2012, que se saiba, não apresentou qualquer resultado do seu trabalho). Aliás, tal como noutras matérias, a ASJP só «acordou» com a campanha eleitoral e anda completamente a reboque e desnorteada a tentar camuflar erros de

procedimento e de estratégia em função daquilo que a lista EM NOME DOS JUÍZES diz nas visitas aos Tribunais. Um exemplo paradigmático e actual como é o da redução das férias dos juízes, realidade que nem a ASJP nem o CSM valorizaram e que a consequência prática é a diminuição do número de dias de descanso e que, a final, representa uma funcionalização da actividade jurisdicional. Confrontada com a realidade, a ASJP numa quebra da parceria ideológica com o CSM veio timidamente criticar o Conselho por causa das férias vencidas, mas esquecendo que, mesmo que tivesse razão, nos anos vindouros os juízes só terão direito a 22 dias úteis de férias e a um dia adicional por cada década de serviço. Onde estava a ASJP e o CSM quando tiveram de emitir parecer sobre esta matéria? Ainda para mais numa Associação cuja marca mais saliente foi o serviço de assessoria jurídica gratuita ao poder legislativo.

J&D- E como devem ser então as relações da DN com os seus associados?
LMM - Uma relação de total abertura, de apoio aos Associados e de absoluto respeito pela vontade social. A DN deve ouvir os seus associados nas questões essenciais e informar, amiúde e pormenorizadamente, por diversos canais, as suas actividades, designadamente através do Boletim, correio electrónico, sítio de internet e pessoalmente nas reuniões que devem ser regularmente promovidas pela DN e Direcções Regionais. Deve ter ainda um papel de motivação para a intervenção dos Associados na actividade associativa e papel dinamizador de actividades não só de natureza jurídico-judiciária, mas também lúdicas, culturais e artísticas, promovendo a realização de eventos deste tipo e estabelecendo parcerias. Entendemos ainda que numa questão crucial como o do EMJ a direcção da ASJP deveria ter pedido a convocação de uma Assembleia-Geral e não ter funcionado em circuito completamente fechado e, a este propósito, sempre que pela sua importância se justificar não hesitaremos em ouvir todos os associados em reunião magna.

J&D- Como qualifica o mandato da direcção que agora cessa funções?
LMM - Por tudo o que já disse, evidentemente de forma negativa. Veja-se a questão do EMJ. Apesar da actual Ministra da Justiça ter cometido

erros, designadamente na forma precipitada e sem condições como foi implementada a reforma da reorganização judiciária, o certo é que tinha uma vontade genuína no sentido de que o EMJ fosse objecto de revisão. A verdade é que a DN da ASJP não aproveitou esta boa vontade e não fez o que lhe competia, adoptando uma estratégia que conduzisse à sua aprovação nesta legislatura. Mais, com a sua inércia, a ASJP pode contribuir para inviabilizar a aprovação desse documento antes do final da legislatura. A falta de sentido estratégico foi patente no Presidente da DN que deu o golpe fatal na eventual consagração de um subsídio com as suas infelizes e intempestivas declarações televisivas.

J&D- Que estratégia podia ter sido adoptada?
Para começar, e isto era básico, devia ter apresentado uma proposta concreta sustentada e global, com articulado normativo para a alteração ao EMJ, devendo naturalmente este labor ter começado logo em 2012. Como já referi, neste domínio nada de útil foi feito, pois o relatório do grupo de trabalho da ASJP foi apresentado em Fevereiro de 2015, isto é cerca de dois meses depois de o grupo de trabalho que funcionou no seio do Ministério da Justiça ter apresentado o seu projecto. Mas para além desta situação patética, dever-se-ia ter tomado uma posição liderante no grupo de trabalho do Ministério da Justiça procurando imprimir celeridade aos trabalhos, prescindindo de rever alguma matérias para que os mesmos pudessem ser concluídos em tempo útil, o que não sucedeu, sendo nesta altura inverosímil que possamos vir a ter um EMJ plenamente revisto nesta legislatura. Em articulação com o CSM deveria ter sido efectuada uma fortíssima pressão no sentido que a Reorganização Judiciária só poderia ser implementada ao mesmo tempo do EMJ revisto, pois há efectivamente normas que se mostram desarticuladas. Nada neste domínio foi feito ou pensado e também por isto a revisão do EMJ vai ter um final triste e infeliz que não desejávamos.

J&D- Em que é que esta direcção se diferenciou das duas direcções anteriores?
LMM - Como todos sabem, tenho admiração pelo trabalho produzido pelas direcções lideradas pelo Desembargador António Martins, que, de facto, imprimiram uma nova dinâmica à vida

>> associativa, tornando a ASJP num interlocutor válido e consistente das reformas e dos assuntos da justiça. A actual DN desbaratou muito desse capital de credibilidade, revelando um progressivo apagamento e um fraco poder de intervenção, que culminou numa subalternização perante o CSM e um comportamento tíbio perante o poder político. Nesta direcção nunca existiu um verdadeiro plano de acção, um calendário para o executar e ânimo contra as adversidades externas. Antes se sentiu uma deriva ideológica, desarticulação entre os seus membros e grande distância relativamente aos associados. A aposta foi fundamentalmente baseada na construção de acções de formação e na emissão de pareceres. Uma Associação vocacionada para a Formação de Formadores, um pouco à imagem da reforma em que se valoriza mais a prestação curricular do que a vertente profissional. E depois aquilo que foi conseguido a nível profissional é igualmente reivindicado pelo CSM, o que deixa espaço para dúvida sobre quem foi o real impulsionador dessas pequenas vitórias.

J&D- Como tem decorrido a campanha?
LMM - De forma excelente. Muitas Juízas e Juízes presentes nas nossas acções e com grande participação. Sente-se uma vontade clara de mudança e é evidente que as nossas ideias, sustentadas e sedimentadas, têm sido bem recebidas. Estamos, por isso, muito optimistas quando ao desfecho destas eleições, sendo certo que seja qual for o resultado estarei e estaremos sempre disponíveis para colaborar em prol da Magistratura Judicial e da Justiça.

J&D- Qual o motivo da existência de três listas?
LMM - Ao contrário do que se tem dito, vejo com satisfação que surjam três listas. Mais que um sinal de divisão é uma demonstração de vitalidade e, numa época marcada por alguma descrença, é com regozijo que me apercebo que há muitos colegas dispostos a abraçar as causas associativas. Uma das listas (Lista B) é de clara continuidade e tinha a tarefa de constituição facilitada por se encontrar em exercício de mandato. As outras duas listas não se reconhecem no trabalho realizado. Em Nome dos Juízes (Lista A) é uma lista de inconformismo e de modernidade, enquanto a Lista presidida pelo meu amigo Desembargador Alziro Cardoso (lista C) constitui a base de apoio que

suporta a actual composição do Conselho Superior da Magistratura. A governação do Conselheiro António Piçarra resulta de uma aliança entre o Fórum e figuras cimeiras da actual Associação Sindical. A lista que vencer terá que aproveitar esta disponibilidade de tantos associados, dado que face à multiplicidade de tarefas que há para realizar as mesmas só são concretizáveis com todos os Juízes unidos em torno da sua Associação Sindical. Porém, não confundimos unidade com unicidade. Vários pensamentos, várias correntes de opinião, distintos programas de acção e renovação de quadros são essenciais para marcar a força do sindicalismo judiciário.

J&D- É preocupante o facto de não estar ainda aprovado o Estatuto dos Magistrados Judiciais?
LMM - Como decorre do já disse, é algo de extremamente preocupante, desde logo porque a não ser aprovado, como tudo indica que vai acontecer, não se fez uma blindagem interna do EMJ, prevendo-se que não possa ser alterado por outros diplomas legislativos, designadamente pela Lei do Orçamento de Estado. Havia neste momento um clima propício para que o EMJ fosse alterado em consentaneidade com os interesses dos Juízes e da Justiça. Temo que perdendo-se esta oportunidade única de alteração do EMJ e de o tornar “blindado” a outros diplomas possamos ter, na próxima legislatura alterações ao EMJ, directas ou indirectas, que ponham em causa a nossa independência e os parques direitos que temos.

J&D- Concorda com o facto de muitos Juízes sublinharem que a independência da magistratura está em crise?
Obviamente que sim e essa essa não é apenas uma perspectiva futura. Actualmente existem queixas que o novo modelo de gestão potencia a intromissão na gestão processual, que, a nosso ver, incumbe unicamente ao Juiz titular desses processos. Para além de não ter contribuído activamente para a densificação conceptual da reforma, a direcção da ASJP não realizou nenhuma auditoria ou averiguação sobre essas eventuais violações do princípio da independência, as quais, a existirem, não mereceram qualquer palavra de repúdio e de denúncia da DN junto do CSM. Só os Juízes podem fazer toda a gestão processual, dando os provimentos que

tiverem por adequados para o efeito. A gestão macro feita pelo Presidente não poder ser vista como um caminho para a funcionalização e para o estabelecimento de uma hierarquia do género daquela que existe no Ministério Público. Se formos eleitos lutaremos de forma estrénua para que esta eventual forma anómala de encarar as funções de Juiz Presidente seja erradicada. Sempre que necessário colocaremos os serviços jurídicos da ASJP ao serviço dos Juízes para impugnar decisões que constituam violação da Independência do Poder Judicial. Algo de preocupante é o estabelecimento dos objectivos estratégicos e processuais previstos na Lei, sendo que, a cerca de três meses do termo ali fixado, não há notícia de qualquer estudo elaborado sobre esta matéria por parte do CSM e da ASJP. Nesta matéria temos igualmente que adoptar uma atitude proactiva, elaborando-se estudos sobre os valores de referência processual e estabelecer contactos com CSM para influenciar o estabelecimento dos objectivos estratégicos. Aliás, em Novembro de 2013, foi deliberado em Assembleia Geral da ASJP que a DN deveria elaborar um estudo sobre a matéria da contingentação processual, mas que ainda hoje está por realizar. Arriscamos a que a apontada inércia conduza a que os valores de referência processual sejam aqueles que o Ministério forneça e que sirvam de base a esta reforma, com os resultados desequilibrados que em muitos casos se conhecem.

J&D- Quais as primeiras medidas a tomar se forem eleitos?
LMM – Desde logo elaborar um estudo breve e rigoroso sobre a contingentação processual, de modo a que possamos contribuir para um adequado estabelecimento dos objectivos que não seja um passo mais para a funcionalização. E digo breve porque entre a tomada de posse e a negociação dos objectivos decorre um curtíssimo período de tempo; tempo que a actual DN não soube aproveitar e que os sucessores terão de otimizar. Quanto ao EMJ, haverá que considerar o estado do processo de revisão, mas procuraremos ouvir os Associados sobre as medidas a tomar e estratégias a definir. Se ainda for possível, procuraremos que, pelo menos, possam ser feitas algumas alterações cirúrgicas que permitam a respectiva aprovação nesta legislatura, com particular incidência na cláusula do não retrocesso salarial e, ao mesmo passo, pugnaremos

por alguma valorização remuneratória, ainda que através de um subsídio de “exclusividade” ou de “condição de juiz” que esteja previsto no projecto de revisão do EMJ. Claro está que entendemos que a valorização remuneratória se deve fazer não através de subsídios, mas por via do aumento do vencimento, salário esse que deve ser compatível com a dignidade e responsabilidade das funções que exercemos, ainda que tal implique excepcionar o “tecto” legal imposto pelo vencimento do Presidente da República, como aliás vem sucedendo com os dirigentes de entidades reguladoras. Por maioria de razão tal excepção deve ser estendida aos Juízes de Direito. Os subsídios dos Juízes são vistos como um privilégio, daí que o subsídio de compensação tenha sofrido um brutal e injustificado corte de 20%. Para além disso, apresentaremos de imediato uma proposta de alteração do regime de acesso aos tribunais superiores. No acesso ao Supremo Tribunal de Justiça apresentaremos proposta legislativa que vise alterar as regras de acesso por parte de juristas de mérito, com densificação deste conceito e estabelecimento de critérios objectivos relacionados com o tempo de desempenho de funções relativos à experiência profissional mínima de 25 anos após a licenciatura em direito e idade não inferior à do candidato mais novo, que concorra no mesmo concurso, na qualidade de Juiz de carreira, bem como apresentar ainda uma proposta legislativa que vise alterar a questão da vacatura de lugar sempre que a vaga de jurista de reconhecido mérito não seja preenchida (artigo 52º do EMJ). Apresentaremos ainda proposta legislativa que vise estabelecer um regime transitório especial relativamente aos Juízes Auxiliares colocados nos Tribunais da Relação e defendemos que os concursos à Relação deverão ter um período mínimo de vigência de 2 anos. Por fim, será apresentada ao Conselho Superior da Magistratura e ao Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais uma proposta com o intuito de contribuir para a objectivação e a transparência dos critérios valorativos dos Concursos Curriculares de Acesso aos Tribunais Superiores, com uma fortíssima valorização do desempenho nos Tribunais. Para terminar esta enunciação de medidas prioritárias criaremos gabinetes de apoio aos jovens Juízes e Juízes Jubilados. ●

mensagem

Candidata a vice-presidente da ASJP

Ana Paula Conceição Juiz de Direito

Caros colegas,
É sabido que os
juizes portugueses
vivem hoje
asoberbados
com dificuldades
económicas,
profissionais
e sociais,
enfrentando
problemas
antigos ainda não
ultrapassados e
confrontando-
se com actuais e
novos desafios que
exigem respostas
prontas e firmes.

Neste contexto
especial, impõe-
se procurar
novos caminhos para a
prosecução do objecto
primordial da ASJP, a
dignificação da função
judicial, só alcançável
com a obtenção de uma
situação económica e
de outros benefícios
compatíveis com as
exigências e dignidade
da função de juiz, e com
uma luta constante pela

melhoria das condições e
ambiente de trabalho de
cada um de nós.
Na sequência da
apresentação da
sua candidatura à
Presidência da Direcção
da Associação Sindical
dos Juizes Portugueses
nas próximas eleições, o
nosso colega Luís Miguel
Martins convidou-me
para assumir a Vice-
Presidência da lista que
vai encabeçar.
Foi por saber que o
colega Luís Miguel
Martins tem uma
consciência profunda
e transversal dos
antigos problemas
que continuam a
afectar os juizes, bem
como dos actuais e
daqueles que amiúde
vão surgindo, e que se
propõe enfrentá-los com
frontalidade, honestidade
e total entrega à
defesa intransigente
dos interesses de
todos os juizes, que
aceitei acompanhá-
lo nesse caminho de
mudança, que também
me proponho trilhar,
contribuindo com uma



visão independente,
inovadora e humilde,
de total lealdade,
disponibilidade e
proximidade para com
todos os juizes.
Ciente da enorme
responsabilidade,
ética e profissional,
que a representação
dos interesses dos
juizes portugueses
implica, espero que

nos acompanhem
todos aqueles que
se identificam com
os princípios que
defendemos, na certeza
de que nos manteremos
fíeis a esses princípios
e que será em nome
de todos os juizes que
actuaremos ●

DELTA SOLÚVEIS E O DIA COMEÇA A MEXER



O CAFÉ DA SUA VIDA

Comece melhor o seu dia
com a boa disposição instantânea dos novos solúveis Delta.
Aromas irresistíveis de café e cereais de paladar suave com a garantia de qualidade
da marca de eleição dos portugueses. Sabores para agitar as coisas boas da vida.

EXPERIMENTE OS NOVOS SOLÚVEIS DELTA

mensagem

“... Os juízes querem-se felizes!”

Rui Pedro Luís Juiz de Direito

A força de uma associação, seja ela qual for, reside nos seus associados.

Se essa associação for sindical, a sua força encontrar-se-á na capacidade de unir esses associados em torno de uma estratégia que a leve a alcançar os seus três fins principais: melhoria das condições remuneratórias, melhoria das condições de trabalho e aperfeiçoamento das condições de progressão na carreira. Mas se essa associação, além de sindical, for também de juízes, então a sua força residirá ainda na capacidade que tiver de, com credibilidade, contribuir, influenciando positivamente o poder político e os órgãos de administração do sistema de justiça, para a melhoria desse sistema e para a protecção do estatuto de independência do poder judicial.

Foi por acreditar que, em todos esses planos, é possível fazer mais, fazer diferente e, sobretudo, fazer melhor do que aquilo que foi feito nestes últimos três anos, que aceitei integrar este projecto colectivo, liderado pelo Luís Miguel Martins, que constitui a candidatura EM NOME DOS JUÍZES aos órgãos sociais da Associação Sindical dos Juízes Portugueses. É possível fazer mais, fazer diferente e, sobretudo, fazer melhor, na definição e desenvolvimento de uma estratégia que conduza a que os juízes portugueses vejam finalmente aprovado um sistema remuneratório condigno. É possível fazer mais, fazer diferente e, sobretudo, fazer melhor, no que respeita à exigência de melhores condições de trabalho, quer quanto à carga processual, quer quanto às instalações onde exercemos funções. É possível fazer



mais, fazer diferente e, sobretudo, fazer melhor, relativamente ao aperfeiçoamento das condições de progressão na carreira, seja pela correcta definição das regras de acesso aos tribunais superiores, seja pela melhoria da qualidade do sistema de inspecções. É possível fazer mais, fazer diferente e, sobretudo, fazer melhor, para garantir a efectiva independência dos juízes perante os órgãos da administração judiciária

do Estado. É possível fazer mais, fazer diferente e, sobretudo, fazer melhor, na defesa intransigente de um sistema de justiça que assegure, com efectividade, os direitos dos cidadãos. Para isto é absolutamente essencial a definição de uma estratégia associativa e sindical que agregue os juízes, todos os juízes, em torno da sua Associação Sindical. Penso, pois, que a primeira tarefa dos futuros órgãos sociais é

ir ao encontro dos juízes. Só escutando o que têm para dizer os juízes é possível definir uma estratégia agregadora que possa levar a Associação Sindical dos Juízes Portugueses a alcançar os seus objectivos. Será assim, ouvindo todos, que actuaremos EM NOME DOS JUÍZES. Se, num sistema de justiça que assegure melhor a defesa dos direitos dos cidadãos, os juízes sentirem que são verdadeiramente independentes, que têm um estatuto remuneratório condigno, que as suas condições de trabalho são adequadas e que estão reunidas as condições necessárias à sua progressão na carreira ... então, nesse caso, teremos juízes mais felizes.

O Sr. Conselheiro Pires da Rosa, mandatário nacional desta candidatura, intitulou a comunicação que efectuou no último congresso dos juízes portugueses, como “Os juízes querem-se bonitos”. Inspirado nele e naquilo que deve ser o papel da Associação Sindical dos Juízes Portugueses direi que ... Os juízes querem-se felizes! É com este espírito e determinação que integro a candidatura EM NOME DOS JUÍZES como candidato a secretário-geral. ●

mensagem

Em nome daquilo que somos! Em nome dos Juízes!

Teresa Garcia Juiz de Direito

Em Nome dos Juízes. De todos os Juízes. Não podia ser outro o lema de quem pretende abraçar de forma verdadeira, séria e conscienciosa esta aventura de se candidatar às eleições da ASJP.

Em Nome de todos os Juízes. Não dos Juízes do Norte. Nem dos Juízes do Sul, muito menos dos de Lisboa. Nem dos Juízes do Interior ou, ao invés, do Litoral. Tão-pouco dos juízes do Continente ou, então, dos Juízes das Ilhas! É essencial que percebamos que só assim somos Associação, uma verdadeira Associação! Com todos os interesses representados e com



uma palavra nossa a dizer no momento e no lugar próprio! Fundamental é, também, que cada juiz perceba o papel crucial que tem na sua Associação. Bem como que todos, e cada um, tenhamos noção de que a Associação não é apenas integrada

por uns «eleitos» que integram a Direcção Nacional e nas mãos de quem, no dia seguinte às eleições, depositamos os destinos da Associação. Ou por uns outros tantos «iluminados» que nos representam no Conselho Geral. Cada órgão tem,



>> no seio da ASJP, o seu papel, mas a Assembleia Geral sempre será – enquanto os estatutos não forem letra morta – o órgão deliberativo por excelência, o órgão magnânimo, desta ou de qualquer outra associação. Sei que nem o Luís Miguel Martins, nem a Ana Paula Conceição, nem o Rui Pedro Luís, bem como todos os outros candidatos a membros da Direcção Nacional, menosprezam a força dos Associados a quem cumpre deliberar, em Assembleia Geral, acerca da linha de actuação da sua Associação (art. 15.º dos Estatutos da ASJP). Sei, também, que respeitarão, sem caminhos ínvios ou subterfúgios, tudo quanto for a vontade soberana dos associados, como aliás é seu dever estatutário (art. 25.º dos Estatutos). A elite de uma associação é, e sempre será, o conjunto seus associados. A vontade destes não é, nem pode ser, sindicada por nenhum outro órgão! Enquanto candidata ao Conselho Geral em representação da Delegação da Regional Sul assumo publicamente o compromisso de, no que de mim depender, me debater pelo estrito

cumprimento de uma das competências estatutárias do Conselho Geral: Assegurar a estrita observância das deliberações da Assembleia Geral – art. 21.º al. b) dos Estatutos da ASJP. É por causa de nós, associados, que a Associação existe. É para nós que ela existe. É em nome de todos Nós que repousa a sua legitimidade e razão de ser. Vamos dar uma nova Vida a esta Associação Sindical dos Juízes Portugueses! Vamos dar uma nova Força à nossa actuação! Em nome daquilo que somos: Juízes! Em nome dos Juízes! ●

mensagem

“É sobretudo nos jovens Juízes – acredito – que há-de encontrar-se a força e o rigor e o sentido desta busca” mandatário nacional

João Pires da Rosa Juiz Conselheiro no STJ

Gosto do nome de baptismo da candidatura – Em nome dos Juízes!

Uma candidatura, assim, que correndo em nome dos princípios e linhas orientadoras que já teve o cuidado de afirmar como sendo os seus, tem a consciência de que – vitoriosa – será sempre em nome dos Juízes que estará a agir, atenta a todas as vozes no sentido de afirmar uma única voz, a voz dos Juízes portugueses, e não a voz de um grupo (ainda que a do Movimento que apoia e lança a candidatura), de uma facção ou de um qualquer projecto pessoal. E é por isso que aqui estou e me congratulo com o convite formulado pelo Luís Miguel Martins e pelo Rui Pedro Luís, para colocar a minha voz livre e independente – presa apenas ao meu longo e quase terminado

trajecto dentro da magistratura judicial, e só dentro dela – ao lado das vozes e da luta de tantos Juízes novos, capazes e combativos, que se dispõem a dar de si toda a energia e inteligência e espírito de sacrifício em prol daquilo que seja o projecto que é preciso tornar vencedor em nome do interesse de todos nós e do Poder Judicial que repousa sobre os nossos ombros, no caminho para uma JUSTIÇA que a sociedade procura saída das nossas decisões e na qual precisa de acreditar para que a paz não seja uma palavra vã. É sobretudo nos jovens Juízes – acredito – que há-de encontrar-se a força e o rigor e o sentido desta busca, porque é neles que repousa a energia e o idealismo que podem fazer mudar o que houver a mudar, e são eles que conhecem e sofrem a vida vivida, a vida dos dias de hoje, tão diferentes de um



tempo tão distante dos idos em que cheguei à Magistratura. Mais do que em nenhuma outra época os Juízes são agora – têm necessariamente que ser – homens e mulheres do seu tempo, dentro do tempo e do modo do seu tempo, pessoas comuns, com as dificuldades e idiossincrasias destes dias, mas aos quais é exigida uma especial maneira de ser e de estar, uma restrição

de comportamentos e direitos até, que os faça aparecer – a si e às condições em que trabalham – com a dignidade, a elegância, a transparência, a frontalidade, a temperança, a lanheza de trato, a independência, sem as quais nenhuma Justiça é credível, nenhuma justiça será o caminho da Paz, a Paz em direcção à Harmonia como nos fala Lúcia Jorge em “A Noite das

Mulheres Cantoras”. Por aqui passa, pela afirmação do seu próprio Estatuto enquanto suporte da sua inalienável independência perante quaisquer que sejam os poderes, ocultos ou afirmados, designadamente os demais poderes do Estado e sobretudo o Executivo, a garantia da independência do Poder Judicial. Sem uma classe forte, estatutariamente dignificada, que tranquilize os Juízes enquanto no exercício da sua profissão e depois dele, o Poder Judicial não será respeitado e será inevitavelmente mais frágil, sobretudo numa sociedade tão mediatizada como a hodierna em que a imagem é também, inexoravelmente, um facto de credibilidade. É portanto necessária a coragem de afirmar a vertente sindical da Associação, sem receio, transmitindo sempre a convicta convicção que só assim se pode assegurar um Poder Judicial inteiramente livre

e independente. Essa é a coragem e disponibilidade, a resiliência mesmo, que encontro não só no Luís Miguel Martins e no Rui Pedro Luís como nos Colegas de que se souberam rodear, alguns dos quais conheço pessoalmente ou dos quais tenho colhido referências que os recomendam para as tarefas que se dispõem a suportar ... em nome dos Juízes. Por mim, aqui estarei para lhes dizer – para vos dizer também, a vós, caros Colegas – do meu apreço por essa dádiva e para lhes garantir também o apoio e o contributo pessoal de quem viveu a Magistratura num outro tempo e sempre soube vivê-la na esperança da tranquilidade de uma jubilação que se aproxima e que não pode ser posta em causa para qualquer um de nós, sobretudo para que os mais novos possam caminhar o seu caminho como se lhes exige – como Juízes que são! ●

mensagem

“Podemos ter uma Associação Sindical dos Juízes Portugueses melhor”, para que os juízes e as suas famílias tenham uma vida melhor”

Paulo Ramos de Faria Juiz de Direito

Caros colegas dos tribunais de primeira instância da região norte

Manda a tradição que aqui exponha a minha admiração pela experiência e pelas qualidades de liderança do Luís Miguel.

No entanto, não perderei mais do que um breve parágrafo com o habitual discurso panegírico, pois tais atributos do Luís são notórios, não carecendo de alegação ou de prova. Junto dos seus colegas dos tribunais de primeira instância do Norte, o Luís Miguel não precisa, seguramente, de um mandatário que lhe teça loas.

Pedindo desculpa pela heterodoxia, aproveito esta mensagem para vos dizer que tive o privilégio de conversar longamente com Luís Miguel sobre a estratégia proposta pela sua equipa para

a Associação Sindical dos Juízes Portugueses, no confronto com a estratégia que vem sendo adotada nos últimos anos. Perante a qualidade e consistência das ideias reveladas, não hesitei em aceitar o honroso convite que depois me dirigiu para desempenhar a função de mandatário da lista EM NOME DOS JUÍZES para a primeira instância da região norte. Nas próximas semanas, todos teremos oportunidade para discutir os méritos e os deméritos destas estratégias. Não permitamos que o processo eleitoral se reduza aos costumeiros discursos redondos e promessas estafadas, proferidos em minicomícios realizados nos tribunais por este país fora. Presencialmente ou através das redes sociais, peço-lhes que aceitem o desafio de interpelarem os candidatos da lista



EM NOME DOS JUÍZES, conhecendo as suas ideias e o seu total compromisso com o futuro da Associação e dos juízes portugueses, discutindo, sem tabus ou reservas mentais, todos os assuntos que nos dizem respeito: desde o âmbito do poder regulamentar do Conselho Superior da Magistratura e do relacionamento deste órgão com os juízes, até à aos limites da atividade do presidente da comarca e à

inexistência de qualquer poder funcional deste agente da administração sobre os juízes; desde a revisão do Estatuto dos Magistrados Judiciais, incluindo do estatuto remuneratório dos juízes, até à existência, ou não, do direito à greve ou à efetiva utilidade do seu exercício; desde a existência de condições de trabalho condignas, quer ao nível das instalações, quer ao nível da carga processual, até aos constrangimentos da carreira, sejam fruto de um sistema de inspeções anacrónico, sejam

resultantes, por exemplo, do dimensionamento dos tribunais da Relação.

Os reptos que a Associação Sindical dos Juízes Portugueses enfrenta não são incertos e futuros, mas sim bem conhecidos e presentes. O reconhecimento da Associação como “interlocutor credível” na preparação de alterações legislativas não pode ser feito à custa do incumprimento da sua obrigação matricial de defesa de interesses socioprofissionais legítimos. A conquista desse emblema não justifica o sacrifício dos direitos dos juízes e das suas famílias, assim como não o justificam a dimensão pública do associativismo judiciário nem a natureza de soberania das funções exercidas. Podemos ter uma Associação Sindical dos Juízes Portugueses melhor, para que os juízes e as suas famílias tenham uma vida melhor. Com um abraço ●

mensagem

“Espero, pois, merecer com a vossa confiança e restituir a esperança”

Luís Miguel Martins Juiz de Direito

Caros Colegas e Amigos, Juízes Portugueses,

Vivemos uma época de perda e de angústia, em que a incerteza reina e em que os direitos e os ganhos civilizacionais que julgávamos cristalizados no seu limite mínimo se vão desvanecendo, tempos em que a justiça, os tribunais e os juízes são atacados e vilipendiados todos os dias na praça pública em função do mero exercício livre e independente da sua nobre função de julgar. Momentos difíceis, é certo, e que não se perspectivam mais tranquilos nos tempos vindouros e que só um projecto sólido, coeso, abrangente, determinado e congregador de

vontades nos pode, a nós Juízes, ajudar a ultrapassar estas adversidades, devendo ter como esteio a Associação Sindical dos Juízes Portugueses. É neste contexto que me apresento como candidato a Presidente da Associação Sindical dos Juízes Portugueses, sendo a face mais visível de um extenso grupo de juízes que, sem objectivos e interesses pessoais, não desistem de lutar pela justiça enquanto pilar fundamental da sociedade e que visam contribuir para a dignificação da função de julgar, dotando os juízes e os tribunais de meios e condições para o fazerem de uma forma serena e eficaz. É nestas condições que haverá que acompanhar e syndicar de perto a



implementação da reforma judiciária e o modelo de gestão tripartido e também o papel fundamental do Conselho Superior da Magistratura nesta matéria, não condescendendo e tomando posições

>>

>> firmes quando se puserem em causa os interesses dos juízes e da justiça. De igual modo haverá que lutar pela revisão do Estatuto dos Magistrados Judiciais, com a implementação, designadamente, do reforço das garantias de independência, da blindagem e dignificação do depauperado estatuto remuneratório. A postura institucional e de colaboração que a Associação Sindical dos Juízes Portugueses deve ter não poderá jamais servir de pretexto para a inibir de tomadas de posição contundentes com o poder político quando tal se vier a revelar necessário e exprimindo – sempre – a vontade e determinação dos juízes. Particular atenção merecerão os juízes mais jovens, que têm um estatuto remuneratório absolutamente incompatível com as funções que desempenham, pelo que se criará um gabinete de apoio vocacionado especificamente para os seus problemas. Do mesmo passo se criará um gabinete de apoio aos jubilados, que se defrontam igualmente com surpreendentes e lastimáveis incertezas. Sem descurar a elaboração de estudos e pareceres que

mostrem relevância e conexions com o exercício da função, propõe-se uma política de proximidade e de contacto com os juízes, com deslocações periódicas aos tribunais e sempre que se revelarem necessárias para vos ouvir, tentar resolver os problemas colocados e obter os contributos para a melhoria da actividade associativa. É tempo de romper com a deriva que a actual direcção da Associação Sindical dos Juízes encetou, mostrando-se amiúde frágil em face do poder político, complacente com o Conselho Superior da Magistratura e afastando-se e afastando os Juízes da nossa Associação. Espero, pois, merecer com a vossa confiança e restituir a esperança, sendo que da minha parte e da equipa que represento poderão contar com o sentido ético, responsabilidade, esforço e abnegação na defesa da justiça e dos Juízes. ●

artigo

“O controlo que hoje se estabeleça ou aceite, será de difícil retrocesso.”

Cidalina Freitas Juiz desembargador

Muito se fala da independência dos Tribunais e dos juízes e de como a mesma não poderá ser afectada, como garante da separação dos poderes e, consequentemente da liberdade dos cidadãos.

A este propósito, o artigo 203º da Constituição da República Portuguesa prescreve que: “Os tribunais são independentes e apenas estão sujeitos à lei” e, em complemento, o artigo 4º do Estatuto dos Magistrados Judiciais concretiza que: “Os magistrados judiciais julgam apenas segundo a Constituição e a lei e não estão sujeitos a ordens ou instruções, salvo o dever de acatamento pelos tribunais inferiores das decisões proferidas, em via de recurso, pelos tribunais superiores.”

O que significa e para que serve esta independência? Apesar de longamente discutido, no âmbito do direito constitucional, e tendo sido erigido como princípio basilar de uma sociedade democrática, o princípio da separação de poderes nem sempre é apreendido, mesmo por quem o insiste em proclamar. Constitui, por vezes, uma tentação dos demais poderes do Estado controlar o poder judicial, ou, no caso de não o conseguir fazer, de o perseguir e intimidar.

Ainda recentemente tivemos um exemplo extremo dessa situação, que não envolvendo o poder judicial português, envolveu alguns magistrados portugueses, que exerciam funções, ao abrigo de um protocolo assinado com o Estado de Timor. Daquilo que foi dado a conhecer ao exterior, porque as decisões tomadas pelos Tribunais que integravam magistrados estrangeiros não eram do agrado do Governo, ou de alguns governantes timorenses, foi decidido,



pelo poder Executivo, o retirar de condições administrativas para a prossecução da actividade desses magistrados no país, apesar do Conselho Superior da Magistratura de Timor afirmar a sua confiança nos magistrados em causa. Sublinhe-se que estes magistrados foram escolhidos na sequência de um concurso sancionado pelo Conselho Superior da Magistratura daquele país, pelas Nações Unidas e pelo próprio Governo Timorense.

É importante que se perceba e se interiorize a necessidade desta independência e de como ela deve ser protegida em toda a sua extensão, mesmo nas condições administrativas para o seu exercício e sobretudo quanto a estas. Uma justiça controlada, ainda que quanto a condições exteriores, não é justa! Não basta, do ponto de vista formal, consagrar na Lei, em forma de lei apenas, que os “magistrados judiciais julgam apenas segundo a Constituição e a lei e não estão sujeitos a ordens ou instruções”, é necessário que se estabeleçam normas de valor

reforçado para que os demais poderes do Estado não retirem as condições de exercício aos titulares da função jurisdicional, para que não sejam retirados os “vistos de trabalho” que, em cada momento, se revelam necessários ao exercício do poder judicial de forma independente e isenta.

O reforço desta independência deve ser feito em duas vertentes, numa vertente externa, em relação aos demais poderes do Estado, e numa vertente interna, em relação aos órgãos de gestão e disciplina dos Juízes.

No nosso país, as condições de exercício do poder judicial não estão salvaguardadas da ingerência do poder legislativo e executivo. Há ainda um longo caminho a percorrer no aprofundar desta independência. Uma independência que se exige material, repete-se, e não meramente formal, que não deixe o poder judicial ao sabor das cores e tendências, que em cada momento controlam o poder legislativo e executivo.

Vários exemplos podem apontar-se, de imediato, que condicionam o exercício do poder judicial:

- a inexistência de funcionários em número suficiente para garantir o fluir do processado num ritmo normal. Não bastam os juízes, se não houverem funcionários suficientes para cumprimento dos despachos e realização das diligências, paralisando a justiça rápida pela qual se clama;
- o controlo do sistema informático por terceiros, por um instituto público dependente do Ministério da Justiça, o qual tem acesso a toda a informação processual inserta no sistema informático, incluindo, quicá, informação sujeita a segredo de justiça;
- a existência de equipamento informático que não suporta o novo programa criado, constantemente pára, no meio da realização de diligências, interrompendo a produção de prova e perdendo-se a espontaneidade dos depoimentos;
- a localização indigna de alguns tribunais, onde não se reúnem as mínimas condições para a gravação de diligências, como o caso dos contentores, pelo que, apesar da aparência “funcional”, a mesma não corresponde à realidade.
- as mudanças legislativas, sem que estejam doutrinariamente fundamentadas e sem terem em conta a harmonia do sistema, que complicam a interpretação da lei e a busca da decisão justa;
- a possibilidade de o EMJ poder ser alterado,

>> a cada legislatura, conforme as maiorias parlamentares tenham maior ou menor apetência para tal e com os perigos daí inerentes, conforme se queira uma justiça mais ou menos activa. Numa vertente interna, podemos apontar algumas situações que exigem reflexão. Sublinhamos, atenta a nova organização judiciária, a figura do juiz presidente, com as competências previstas no artigo 94º da Lei n.º 62/2013, de 26 de Agosto. Esta norma, no que concerne às competências de gestão processual deve ser interpretada com parcimónia, resistindo-se à tentação, ainda que subtil, de controlar o serviço desenvolvido por cada colega. Nunca é demais afirmar que o controlo do juiz, ainda que quanto ao volume de serviço, indirectamente poderá reflectir-se na qualidade desse mesmo

trabalho, pelo que a redistribuição de serviço apenas em casos muito pontuais deve ser equacionado. O controlo que hoje se estabeleça ou aceite, será de difícil retrocesso. Cabe a cada um de nós, defendendo a sua independência profissional, defender a independência da magistratura e a dignidade da função jurisdicional. Por fim, outra vertente interna a considerar, é a vertente avaliativa e disciplinar. As regras devem ser definidas, quanto ao volume de serviço aceitável para cada juiz, e devendo sempre prevalecer a qualidade sobre a quantidade, desde que a quantidade não seja insignificante, na avaliação do trabalho desenvolvido. Em suma, a independência do poder judicial não é, ainda, um dado adquirido e consolidado no nosso país, sendo nosso dever, defendê-la e aprofundá-la. ●



www.emnomedosjuizes.com

